

EDITORIAL

Nós, da Equipe da Revista Trabalho & Educação, realizamos, todos(as), um trabalho voluntário na edição de cada um dos números. E o fazemos por compreender a importância dos temas e problematizações relacionados ao campo de estudos que, no Brasil, denomina-se “trabalho e educação”.

O campo de estudos justificou a criação do Grupo de Trabalho (GT09 – Trabalho e Educação), na 4ª Reunião Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Educação (ANPED), ocorrida em 1981, em Belo Horizonte. Desde o início, as preocupações centrais que pautam as ações do GT Trabalho e Educação caminham no sentido de “entender o mundo do trabalho como processo educativo, vale dizer, compreender a pedagogia que se desenvolve nas relações sociais e produtivas no modo de produção capitalista e identificar os espaços de contradição que engendram a construção de uma nova pedagogia comprometida com os interesses da classe trabalhadora” (TREIN; CIAVATTA, 2003, p.144).¹ Nessa direção, somos convocados a compreender a educação, a formação profissional e a formação humana em geral, imbricados nas formas de produção social da existência humana, configurando este ponto de vista como um princípio estruturante do pensamento pedagógico brasileiro.

Mas nada da realidade exposta, tal como observaremos nas contribuições aqui apresentadas, implica, obviamente, aceitá-las de forma passiva e/ou articulada. Antes, é preciso criticá-las e, para além mesmo da crítica, se associar aos esforços dos movimentos sociais para superar todos os seus pontos de precarização/intensificação/exploração do trabalho humano com vistas a melhores perspectivas e condições concretas de existência.

A ação e a tarefa de editar a revista, nesse sentido e nessa direção, constituem-se num observatório do trabalho de pesquisa em curso sobre as relações que se estabelecem entre trabalho e formação, não só no contexto das transformações contemporâneas que ocorrem no Brasil, mas também daquelas que estão em curso em outros países. E, se considerarmos a crise que assola o mundo do trabalho na atualidade, veremos que a pluralidade de objetos de pesquisa, bem como a diversidade de pontos de vista teóricos e de abordagens metodológicas, mostra que ainda estamos muito longe de chegarmos a bom termo nos debates que se inscrevem nesse território do saber.

São breves reflexões, provocadas pelo que nos instigam os(as) autores(as) do conjunto de trabalhos publicados neste número e estimuladas pelo trabalho coletivo, formador e formativo, de materialização da Trabalho & Educação como instrumento potencializador de parte da produção no campo de estudos. Nessa trilha, esperamos que o(a) leitor(a) encontre aqui algumas pistas e alguns bons motivos para se juntar a nós no trabalho dos dias por cada um dos números publicados.

¹ TREIN, Eunice; CIAVATTA, Maria. O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate. *Revista Brasileira de Educação*, n.24, p.140-164, set./dez.2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a11>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

Abrindo esta edição, temos a oportunidade de ler Luís Medeiros Alcoforado, Professor da Universidade de Coimbra, sobre questões que cercam o desenvolvimento e a aprendizagem de saberes na experiência laboral, bem como sobre o que está em jogo quando da validação e certificação destes em relação ao mercado de trabalho. O artigo *Reconhecimento, validação e certificação de saberes experienciais: desafios para a formação continuada e as relações de trabalho* apresenta revisão bibliográfica mostrando que o problema traz complexidades epistemológicas e políticas que merecem nossa atenção, enquanto pesquisadores que desejam um mundo do trabalho mais humanizado. O autor aborda a problemática que se apresenta pela via do direito ao reconhecimento, não apenas financeiro, mas também de tudo que agregamos como valor no processo de trabalho, o que nos leva para além da simples polarização entre os termos qualificação-competências, que muito mobilizou as produções acadêmicas entre os anos 80 e 90 do século passado. Indo além da revisão, o objetivo é ainda o de trazer “contributos para a estabilização de um modelo de reconhecimento, validação e certificação de competências que ajude a reconfigurar as dimensões mais coletivas das relações de trabalho e contribua para promover processos transformativos, ao nível pessoal e social”.

Em seguida, ainda no rol de nossos colaboradores de além-mar, Patrícia Araújo, José Manuel Castro e Filomena Jordão, pesquisadores da Universidade do Porto, analisam transformações recentes na dinâmicas do mercado de trabalho europeu, cuja instabilidade e flexibilidade impactam as relações de contratação contemporâneas. No artigo *“Sempre trabalhador, dificilmente empregado”*: o “*inemprego*” como uma dimensão laboral emergente, os autores revelam situações em que os trabalhadores alternam relações laborais atípicas com momentos de desemprego, que denominam *inemprego*, algo que estaria numa “zona cinzenta” na interface das clássicas posições emprego-desemprego. O assunto é explorado problematizando as repercussões que possam daí advir para as concepções de carreira num futuro próximo e se indica, à guisa de conclusão, que “a cristalização do antagonismo entre emprego e desemprego cria as condições para a emergência de uma nova dimensão conceptual no atual panorama socioprofissional, dimensão que denominamos de *inemprego*”.

No artigo seguinte, a pesquisadora Martha Roldán explora, por sua vez, as relações entre trabalho, aprendizagem, produção e desenvolvimento da informação/do conhecimento, na sua Argentina das duas últimas décadas do século XX, no contexto específico do trabalho artesanal artístico. As recentes mudanças na forma de produção capitalista no campo das artes plásticas/visuais na indústria cultural subjazem os fundamentos de uma reorientação na formação dos trabalhadores do setor configurada pela legislação federal naquele país. Em que medida essas mudanças estariam “formando os alunos nas áreas artísticas para se tornarem futuros autônomos, produtores de ‘conteúdos’ de artes plásticas/visuais ou trabalhadores semiqualeificados na ‘fase industrial’ da indústria cultural?” O exercício de refletir acerca das respostas a essa questão leva a uma outra: “Quais lições podem ser aprendidas com esse exercício como uma contribuição para o desenvolvimento de uma agenda baseada na defesa da indivisibilidade das dimensões civil, política,

econômica, social e cultural dos direitos humanos de homens e mulheres?” São estas as questões que estruturam as análises da autora para debater o assunto no artigo intitulado *Dinâmicas de organização do trabalho e da aprendizagem: um elo perdido na problemática do desenvolvimento informacional? Reflexões sobre a produção artesanal “artística” na Argentina entre 1993 até os dias atuais*.

Questões semelhantes estão na base do artigo dos pesquisadores José Pereira Peixoto Filho e Cleverson Ramom Carvalho Silva. Os autores, com base em revisão bibliográfica, retomam as questões difíceis, problemáticas e controversas das *Inter-relações entre trabalho, educação profissional e desenvolvimento* e desvelam, mais uma vez, os pressupostos teóricos e políticos dos defensores da instituição escolar como pilar estruturante do crescimento econômico.

As condições de trabalho dos educadores em projetos socioeducativos no terceiro setor é o objeto de avaliação de Eliana Perez Gonçalves de Moura, Dinora Tereza Zuchetti e Magali Mendes de Menezes. As pesquisadoras debruçam-se sobre o Projeto de Lei n. 5346/09, que objetiva regulamentar a atividade profissional desses educadores. Consideram que esse projeto de lei contempla apenas, e parcialmente, as reivindicações em relação às exigências de inserção laboral e formação profissional, segundo informações colhidas com base em pesquisa-formação de cunho qualitativo com 11 educadores de projetos socioeducativos de organizações governamentais, não governamentais e do terceiro setor em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul. Com base no material colhido, as autoras problematizam não apenas a pertinência do Projeto de Lei, mas também a relação estreita que se estabelece na funcionalidade entre a ideia de formação em serviço e a precarização do trabalho que marca a estruturação dessa oferta educativa. É o tema do artigo *Práticas de educação não escolar entre a precarização e a profissionalização*.

O trabalho docente é parte da problemática tratada em *Prazer e sofrimento na prática docente no Ensino Superior: estudo de caso em uma IFES mineira*, artigo no qual Valéria Cupertino, Fernando Coutinho Garcia e Luiz Carlos Honório analisam as percepções dos educadores em relação às vivências de prazer e sofrimento em seu trabalho. Com base em pesquisa qualitativa em que foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas, tratadas sob a ótica da Análise dos Núcleos de Sentido (ANS), foram encontradas 11 categorias temáticas que desvelam a coexistência entre o prazer e o sofrimento no estudo de caso considerado, chegando à conclusão de que “as vivências de prazer e sofrimento no trabalho dos docentes do ensino superior da IFES podem estar associadas à precarização pela qual passa a educação de uma maneira geral” e que isso faria parte de um processo no qual também as “formas de avaliação do ensino superior, que acarretam novas exigências a essa categoria profissional”, seriam parte significativa dos problemas enfrentados pelos docentes.

O trabalho docente é ainda o tema que perpassa o artigo de Ana Sílvia Jacques e Márcia Souza Hobold, que buscam compreender quais são os *Fatores de intensificação do trabalho docente nos anos iniciais do ensino fundamental*, em uma pesquisa realizada na Rede Municipal de Ensino de Joinville (SC). As relações entre os fatores que intensificam ou favorecem o trabalho são os pontos da análise cuja finalidade é identificar o que intensifica e o que favorece o trabalho

docente, considerando a carga e a jornada de trabalho. Através de pesquisa *survey* com 170 professores, consideram que é possível conhecer o perfil do professor ali considerado, aspectos de sua relação com a profissão e conhecer elementos das condições objetivas do trabalho desses educadores. Entre as constatações está a de “que a sobrecarga de trabalho é desencadeada pela própria exigência que o professor faz para si, diante das diversas responsabilidades atribuídas aos docentes”. Estes, por sua vez, “sinalizam o excesso de atividades que extrapolam a jornada escolar e apresentam ainda afirmativas sobre em que sentido tais aspectos contribuem para a intensificação do trabalho”. Em contrapartida, os resultados controversos da pesquisa também demonstram que há necessidade de aprofundar nossa compreensão sobre as relações entre o processo de intensificação e as delimitações da jornada e da carga de trabalho, e destes com os fatores estruturantes do exercício profissional do magistério dos docentes nas situações de trabalho das escolas nas quais atuam.

Através de questionários *on-line* e entrevistas semiestruturadas, os trabalhadores da Educação Musical na modalidade EAD têm seu perfil sócio-profissional avaliado pelos autores André Garcia Corrêa e Daniel Ribeiro Silva Mill. Os dados obtidos dizem respeito a “quem são esses docentes enquanto profissionais e sujeitos, suas experiências profissionais e de vida e suas formações” e, a partir desses dados, “procurou-se esboçar uma concepção de como são compostos seus saberes docentes, quais são suas principais fontes e como os sujeitos investigados usam esse repertório de saberes para atuar”. No artigo, os autores revelam que esses educadores se formam na prática cotidiana do exercício profissional, uma vez que são imigrantes digitais, experimentados na formação presencial e, muitos deles, não tiveram formação inicial para a docência, mas sim para a *performance* musical. É o tema do artigo *Corpo docente da educação musical a distância: uma análise do perfil do trabalhador virtual*.

Em *Adoção de ambientes virtuais de aprendizagem no Ensino Superior Presencial: a tecnologia como inovação educacional*, Daniel Thomé Oliveira e Marcelo Nogueira Cortimiglia voltam aos dilemas que se interpõem à prática docente, quando se trata de inovar na prática educacional, via possibilidades abertas pela utilização de ambientes virtuais em parcelas da formação ofertada. Com base no arcabouço teórico do CBAM (*Concerns Based Adoption Model*), os autores puderam constatar que os docentes, também imigrantes digitais, justificam a utilização da tecnologia com base no argumento de que ela ajudaria a inovar e aprimorar a aprendizagem dos alunos, pois as ferramentas interativas e mais propensas à construção conjunta do conhecimento, como o Fórum, são as mais utilizadas. Ao mesmo tempo, cresce a preocupação dos professores com as questões relativas à resignificação do papel de docente nesse contexto. Por fim, o estudo sugere duas orientações básicas no uso dos ambientes virtuais: o foco na gestão do ensino e o foco na aprendizagem.

Encerrando nossa seção de ARTIGOS, as trajetórias profissionais de jovens, desde sua primeira inserção no mercado de trabalho capitalista, são focalizadas no artigo de Mariléia Maria da Silva, *Inserção profissional de jovens: o circuito fechado da precarização*. A autora entrevistou, entre 2009 e 2011, jovens integrantes do Consórcio

Social da Juventude (CSJ), programa já extinto, e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) na modalidade “Trabalhador”. Com base na pesquisa realizada junto aos jovens e no referencial do materialismo histórico-dialético, “para o qual a análise da noção de inserção profissional e das condições de emprego deve estar localizada no âmbito da relação capital-trabalho”, a autora conclui pela “estreita relação entre as experiências de trabalho obtidas e as pretensões ocupacionais desejadas pelos jovens, construindo percursos profissionais cuja característica acentuada é a de um ‘circuito fechado’”. Este, por sua vez, estaria “marcado pela precarização, posto que o novo padrão de acumulação capitalista impõe novas formas de valorização”, em “novos modos de geração de mais-valia”, que estariam a determinar “a expulsão de significativo contingente de trabalhadores da produção, constituindo a superfluidade da força de trabalho tão necessária ao capital”.

São dez contribuições que ora se aproximam, ora se perfilam, ora se provocam e em outras horas nos fazem pensar o que se poderia ainda produzir e aprofundar em termos das problemáticas e sinalizações de trilhas e caminhos de investigação. É caminho infinito em espiral, que se requer exigente, diligente, sem perder a gentileza do rigor e o caráter industrioso do que é possível (re)criar enquanto se constrói a realidade de agora. Nesta, é precioso não perder de vista os referenciais que nos permitiram chegar até aqui, cuja base está, exatamente, nesse trabalho dos dias, acumulado de riqueza histórica e aproximações cuja concreticidade só seria possível nesse movimento que revê e refaz as novas ações, tendo em vista suas contradições e a totalidade na qual estariam inseridas.

Nessa perspectiva, e na trilha que a Trabalho & Educação procura percorrer, nossa seção RESUMOS apresenta alguns dos estudos produzidos e relacionados com as problemáticas tratadas na revista.

Tiago Antônio da Silva Jorge abre a seção e anuncia sua tese, na qual analisa as políticas educativas em curso no Estado de Minas Gerais, onde vigora a avaliação de desempenho e metas associada a procedimentos de bonificação. Em *Trabalho docente e desempenho estudantil*, com base em pesquisa quantitativa (estatística descritiva e inferencial), o autor discute e analisa “as influências dos dados relativos aos docentes nos resultados do desempenho estudantil com base nos resultados do IDEB”, além de “problematizar a adoção de índices de desempenho dos alunos como critério principal de avaliação de desempenho e produtividade dos docentes”. Coloca em xeque, mais uma vez, o infundado pressuposto de que há uma correlação direta entre o exercício do trabalho de educador sobre os resultados de exames de avaliação do desempenho estudantil.

Em seguida, Bárbara Bruna Moreira Ramalho apresenta sua dissertação de mestrado, *Educação Integral e jovens-adolescentes: tessituras e alcances da experiência, na qual investiga um grupo de jovens, “entre quinze e dezoito anos, pertencentes às camadas populares e que participaram, por, no mínimo, dois anos, do Programa Escola Integrada (PEI), programa de Educação Integral da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte”*. A autora, ao optar pela abordagem do PEI, leva em conta alguns aspectos cujas características principais dizem respeito à diversidade ao envolver atividades de natureza artístico-cultural e esportiva, além de

incorporar ao contexto escolar elementos que, normalmente, não são devidamente considerados nos processos educacionais. A autora conclui, apontando para o PEI com “uma experiência significativa para o grupo de estudantes investigados”, e que influenciou “aspectos diversos de suas vidas, a saber: atitudes e valores; comportamentos; perspectivas profissionais; e relação com a educação escolar”.

“Descrever e analisar o trabalho, como também as suas condições de realização, em um frigorífico de aves” é a tarefa a que se propõe Amanda Aparecida Marcatti em *Labor da carne: o trabalho em um frigorífico de aves*. Os resultados da pesquisa são apresentados a partir dos relatos dos trabalhadores entrevistados com foco nos processos de aprendizado no trabalho, nas condições, no ritmo e na intensidade da produção nos frigoríficos, levando em conta a descrição da linha de produção do frigorífico, caracteristicamente taylorista-fordista. As conclusões apontam para um trabalho degradante “da saúde física e mental dos trabalhadores, que o executam em jornadas exaustivas de trabalho diário, sob forte pressão e controle da gerência, cadenciados pelo ritmo das máquinas”.

Fechando esta edição, Érica Dumont-Pena, em *A “caixa preta” do cuidado. Relações de gênero e histórias de vida de trabalhadoras técnicas de enfermagem*, toma como objeto de estudo “as relações de cuidado com o outro, analisadas nas histórias de vida de duas mulheres, atuais técnicas de enfermagem”. A autora toma dos estudos feministas o conceito de cuidado, entendendo-o “como uma relação social cujo objeto é o outro”, o que “constitui o eixo central das análises”. Suas estratégias metodológicas levaram em conta, “para a construção das histórias de vida, a utilização de entrevistas narrativas e da “observação participante nas situações de entrevistas e no cotidiano do Centro de Saúde [onde desenvolveu a pesquisa] por um período de três meses”. Suas conclusões “revelaram que as relações de cuidado extrapolam os objetivos da sobrevivência” e aqueles de ordem instrumental, “embora estejam bastante delimitadas por esses objetivos, desvelando um contexto de práticas e símbolos que se destacam não só pela responsabilidade”, pelo altruísmo, “mas também pela violência e pela raiva, atitudes de distanciamento, pouco evidenciadas nos estudos sobre essa temática”.

Boa leitura a todos(as).

Daisy Moreira Cunha